

ENTRE CRAVOS: MEANDROS DA FEITURA DO TERRITÓRIO NO INTERIOR DE ACARÁ, PARÁ

Paulo Olívio Correa de Aquino Junior¹

¹Geógrafo licenciado pelo Instituto Federal do Pará, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA). Membro do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia (GPTCA). paulocorrea.sj@gmail.com

Artigo recebido em 09/05/2020 e aceito em 10/05/2020

RESUMO

A territorialização do agronegócio do dendê é um processo complexo que demanda de quem o pretende abordar uma série de observações, reflexões e também acesso a informações que nem sempre são fáceis. A partir de São Francisco do Cravo, comunidade de Acará, Pará, procuro enveredar no tema centrado na comunidade, sua formação, suas moradoras e moradores e as estratégias deles e do agronegócio na disputa por território. O trabalho está dividido em uma apresentação breve sobre o Vale do Acará, seguida pela formação da comunidade de São Francisco do Cravo, para daí se debruçar sobre um sítio a situação de um sítio no Ramal do Cravo e sobre as comunidades dentro da comunidade, buscando dar um panorama em “vista demorada” sobre a complexa trajetória da comunidade avizinhada pelo agronegócio do dendê.

Palavras-chave: Agronegócio; comunidade; dendeicultura

RESUMEN

La territorialización del agronegocio del aceite de palma es un proceso complejo que exige a quienes pretenden abordar una serie de observaciones, reflexiones y también acceso a información que no siempre es fácil. Desde São Francisco do Cravo, en la comunidad de Acará, Pará, trato de seguir el tema centrado en la comunidad, su formación, sus residentes y residentes y sus estrategias de agronegocios en la disputa por territorio. El trabajo se divide en una breve presentación sobre el Vale do Acará, seguido de la formación de la comunidad de São Francisco do Cravo, para que la situación de un sitio en Ramal do Cravo y las comunidades dentro de la comunidad se analice en un sitio, buscando para dar una visión general en una "visión a largo plazo" sobre la compleja trayectoria de la comunidad que rodea el agronegocio de palma aceitera.

Palabras clave: Agronegocios; comunidad; palma aceitera

VALE DO ACARÁ E SÃO FRANCISCO DO CRAVO

O histórico de ocupação do Vale do Acará arremete ao início da colonização portuguesa no então Estado do Grão Pará e Maranhão, no século XVII, imprimindo características agrícolas na região com objetivo de abastecer Belém, expandir o controle territorial e auferir rendas para a coroa, se transformando em “uma importante região de produção agrícola a partir da década de 1720, e principalmente, no período do ministério pombalino”, como apontam Maria de Nazaré Ângelo-Menezes e Rosa Acevedo Marin (citadas por CHAMBOULEYRON, 2010, p.114).

Contudo, não sem conflitos se deu esta ocupação, na medida em que não era área desocupada, mas território de etnias como os tembés, que estão ainda lá para testemunhar sua existência e luta para abrir caminho pela história. A Terra Indígena Turé-Mariquita, na divisa

entre Acará e Tomé-Açu é uma materialização de sua coetaneidade. As Terras Quilombolas como Laranjituba e África, em Moju, mostram também as vias abertas pelos negros para cá transportados como mercadorias, para existirem com mais autonomia. A permanência destes conosco não ocorreu sem conflitos que a historiografia revela e que se inscreveram e escrevem na terra.

A formação de Acará, onde está localizada comunidade de São Francisco do Cravo, está ainda organicamente ligada a outro fato que ultrapassa as fronteiras da então freguesia, do estado do e Brasil Império: a Cabanagem, ocorrida na primeira metade do séc. XIX e que em parte é a culminância de diversas clivagens pela terra e dignidade que se acumularam ao longo da colonização portuguesa. Seja pelo agitador político acaraense Felipe Patroni, com seus panfletos incendiários, seja pela localização da fazenda considerada nascente do movimento, de propriedade de Félix Clemente Malcher - que veio a ser o primeiro presidente Cabano -, seja ainda pelo fato de Acará ser local ondefoi preso o último governante cabano, Angelin, jovem de 21 anos, “o maior dos presidentes cabanos e uma das maiores figuras já surgiram em terras paraenses” (PASSOS, 2002, p. 58).

O atual município, entretanto, tem outras particularidades que merecem nota antes de adentrarmos na formação do Ramal de São Francisco do Cravo. Foi em Acará, segundo Passos (2002), que chegaram “por acaso”¹ as primeiras mudas de pimenta-do-reino no Brasil, em 1933, e que tiveram forte influência na agricultura da região². Enfim, a comunicação com Belém, a quem foi anexada a Vila em 1864 (assim como foi anexada ao território da freguesia de Moju antes, em 1840) é presente na história e formação geográfica da cidade e seus interiores, o que se constata com a ocupação urbana predominantemente nas proximidades do Rio Acará, meio principal de contato e comércio com a capital até 1972, quando da inauguração da ligação intermunicipal entre Acará e Belém (PASSOS, 2002, p. 107). À esta época vai ocorrendo a transição de transporte de mercadorias e pessoas do eixo hidroviário para o rodoviário, acentuado pela substituição dos trechos atravessados por balsa pelas pontes da PA-483, a Alça Viária, no decorrer da primeira década desse século.

¹Após o falecimento de uma idosa em um navio de migrantes japoneses com destino para o Brasil, a embarcação teria feito uma parada em Cingapura, onde durante um passeio, o representante de uma companhia japonesa de importação adquiriu as primeiras mudas, que vieram direto para Acará (PASSOS, 2002, p. 74).

²Um capítulo à parte da pimenta-do-reino no Pará é escrito durante a colonização japonesa no estado, no primeiro terço do século XX, quando muitos destes criaram extensos monocultivos de pimenta-do-reino, com uso de mão de obra local nas colheitas, fomentando o fenômeno dos “paus de arara” que arregimentavam trabalhadoras e trabalhadores de localidades vizinhas aos plantios.

Enquanto a empresa de transporte rodoviário Boa Esperança, em 1972, iniciava a sua primeira viagem rodoviária na linha Acará-Belém por terra e trechos de balsa, a esperança de um grupo de homens adultos e jovens também os colocava a caminho, mas a pé. Eles vinham das proximidades do Igarapé Cravo, em Bujaru, e seu objetivo era confirmar uma informação que havia chegado de um migrante que dali que se instalara em Acará: havia terras disponíveis naquele vale.

No quilômetro doze da rodovia estadual 252, o grupo confirmou: mata primária e sem habitação humana em área extensa. A jornada, que segundo um dos presentes na época, durou umas seis horas, não parou ali: os mais adultos e jovens bem dispostos foram até a sede do município, à procura do prefeito para lhe pedir autorização para ali se instalarem com suas famílias, que vinham sofrendo com a pouca terra em sua comunidade no Bujaru. Os mais jovens ficaram esperando, e após mais algumas horas receberam a notícia dos que retornaram: poderiam se apossar da área até cinco quilômetros da margem da rodovia, “cinco quilômetros da pista pra dentro”.

Um outro grupo retornou ao Igarapé Cravo para levar a mesma notícia e logo começaram a vir as esposas, pais e mães, filhas e filhos para sua nova comunidade, que ia ser ainda feita. Os lotes foram divididos entre as famílias nucleares: 250x1000 metros. Esta divisão, entretanto, foi no início mais formal que de fato: a mata fechada impossibilitava medir os metros, a terra estava ainda “brava” e o trabalho para “amansá-la” custaria ainda muito suor e muitos anos.

A frase “no começo foi muito difícil”, com diversas variações, foi uma das que mais se repetiu nos relatos dos mais velhos, idosos e adultos, à época jovens e crianças, durante nossos campos em São Francisco do Cravo, entre 2015 e 2018. Seu Pinheiro, seu Dicão, seu Leonel, dona Chiquinha, dona Santana, dona Raimunda são as pessoas que proporcionaram informações para a construção desta pesquisa, ajudando na tentativa de compreender sua geografia ao longo do tempo, sua territorialização, a feitura da comunidade. Uma das senhoras, ao lembrar da migração, reflete: “mudança não é pra qualquer um, ainda mais para nós que somos pobre” (entrevista em setembro de 2018).

A trajetória que se pretende abordar na primeira parte deste trabalho tem seu limite no mosaico de memórias que tentei remontar através de informações que se encontram e desencontram, num mosaico onde a linha do tempo se enrola nas subjetividades das pessoas que encontrei ao longo destes quatro anos de pesquisas, nos trabalhos de campo, entrevistas e

observações na comunidade. Falar de algo como História (no sentido “clássico”), ou mesmo história oral, soaria pretencioso aqui. A história que se tenta contar, do Ramal de São Francisco do Cravo, é uma tentativa. É a história de seus moradores, mas também dos municípios de Bujaru e Acará, e como vimos de outros lugares, outros grupos, classes e sujeitos. Nos mais de cinquenta anos que separam o povoamento inicial do início desta pesquisa, em 2015, muita poeira se colocou sobre esta história, ontem e hoje, como veremos.

Pretendo ainda desenvolver a reflexão sobre a formação de São Francisco do Cravo considerando a categoria/conceito território, desde uma leitura geográfica. Para tanto, o empírico da pesquisa dialoga com a leitura de alguns trabalhos de Oliveira (2003 e 2016). Esta leitura nos sugere considerar a tríade “desigual-combinado-contraditório” na produção do território. Compreendendo o território como produto de relações sociais, pretendo aqui descrever, analisar e inferir alguns processos que tem ocorrido na comunidade citada, no contexto de avanço do capitalismo sob a forma de agronegócio do dendê e, sobretudo, da produção do espaço pelos camponeses e camponesas que ali vivem e, como veremos, pretendem permanecer e seguir caminhos próprios.

FAZENDO SÃO FRANCISCO DO CRAVO

As famílias camponesas que vieram do Cravo de Bujaru para o atual Ramal do Cravo em Acará o fizeram principalmente pela qualidade pobre das terras que iam sobrando nos arredores do Igarapé Cravo, em Bujaru, “capoeira” que dificultava a já complicada sobrevivência das famílias extensas que ali viviam. Como observa Woortmann, “migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa” (WOORTMANN, 2009, p.217).

Quando se estabeleceram mulheres, homens e crianças, a mata ainda era preservada a ponto de se encontrar sem dificuldade madeiras de lei, como o breu branco e o angelim, assim como veados para a caça e onças caçando. Nas noites, muitas vezes ecoavam gritos de macacos guaribas, espécie conhecida por seu porte comparável a um homem jovem.

A mata começou a ser “amansada”, como dizem, com a abertura das primeiras picadas, caminhos, derrubadas e queimadas, para os primeiros plantios e para a construção de casas. Estas primeiras habitações eram cobertas de palha, com paredes de cascas de árvores e carcaças de árvores queimadas, chão de barro batido. O seu saber e trabalho logo foram

desafiados por se tratar de “terra seca”, contrastando com a abundância de cursos d’água na comunidade do Cravo, em Bujaru, que inclusive recebera este nome por causa de um igarapé.

Com a distância de mais de uma dezena de quilômetros do Rio Acará e com um apenas um riozinho intermitente por perto, os cravenses logo providenciaram a perfuração de um poço para se servir de sua água e inaugurar um significativo espaço de uso comum, como foram os igarapés em sua comunidade anterior. Jean Hébette, ao refletir sobre a vizinhança em comunidades camponesas lembra que esta, em seu objetivo de suprir certas necessidades, tem no acesso à água um de seus elementos recorrentes, uma necessidade suprida coletivamente que reforça a comunidade (HÉBETTE, 2002, p. 188).

Para as derrubadas, o muxirão (que é como chamam mutirão) foi a alternativa, assim como posteriormente o foi a alternância de dias de trabalho e tipos de serviço, outra característica do “espírito de vizinhança” de muitas comunidades camponesas (idem, p.193). “Teve dias que doze homens saiam pra derrubar uma árvore no machado e terminava o dia não tinham derrubado uma árvore”, contou um dos entrevistados em setembro de 2018.

Não haviam serrotes, muito menos máquinas e energia elétrica para converter madeira larga em tábuas. As casas de palha e casca de pau foram as primeiras habitações, onde ficavam os filhos menores cuidados pelas filhas e filhos maiores, enquanto homens iam para as derrubadas e queimadas, para a coivara (retirada da madeira após queimada) e as mães iam capinar e semear os pés de arroz, feijão, milho e mandioca. Esta divisão, entretanto, não era estanque, segundo conta dona Raimunda: a divisão de trabalho por gênero nesta fase, como hoje, é bem limitada “eu só não cortei de machado, o resto tudo eu fazia também”.

O “era tudo muito difícil”, além de expressar as dificuldades em amansar a terra, não ficava por aí: não haviam bancos de sementes e os cravenses estavam distantes de suas famílias que haviam permanecido em Bujaru. A saída era pedir talos de mandioca e sementes de arroz aos camponeses das povoações vizinhas. E a solidariedade camponesa, segundo os entrevistados e entrevistadas, nem sempre era tão presente. “Tinha dias de trabalho o dia todo e no final da tarde não ter o que comer”, conta seu Leonel, que ainda era criança na época (entrevista em setembro de 2018).

Leonel “Bebé” lembra que quando vieram à pé de Bujaru até Acará, ao chegarem no local indicado por seu Mané Cristino, morador do Km 15 da PA-252 e bujaruense que viera antes para a área, os homens resolveram ir ter com o prefeito, mas Leonel não “deu conta”,

esgotado que estava das horas de caminhada. Segundo ele, foram 29 quilômetros entre o Cravo de Bujaru e o Cravo de Acará.

Pelas lembranças dos entrevistados, eram cinco ou seis famílias extensas, e menos sobrenomes ainda, sendo as famílias Pinheiro e Chaves as que mais cresceram durante a ocupação de São Francisco do Cravo. Mais uma vez lembramos Hébette, para quem a família é um dos traços que permitem o uso do termo campesinato para designar estes grupos e formações sociais. Para ele, a família é um traço fundamental na vasta diversidade que caracteriza o que seria o campesinato amazônico em seu paralelo com o campesinato europeu, de par com outro traço fundamental citado pelo mesmo autor: a vizinhança, descrita acima (HÉBETTE, 2002, p.180).

A alimentação destes primeiros moradores, além das frutas disponíveis na floresta, foi principalmente arroz, feijão e farinha de mandioca, que eles trocavam também por carnes ou equipamentos para uso no trabalho, querosene, além de eventualmente praticarem câmbio por roupas e sal. Além disso, a caça foi uma atividade importante na dieta dos primeiros habitantes da área, dada a baixa piscosidade do igarapé próximo. São citados tatu, pacas, cotias, veados, codornas e algumas outras aves pequenas, além das galinhas que criavam em terreiros coletivos. Para a caça, espingardas e a construção de muitas - bases suspensas em árvores onde os caçadores ficavam à noite à espera do som dos passos de animais sobre a serrapilheira -, logo focados pelas lanternas e baleados. “Quando ouvia longe o tiro, não demorava papai chegava com um veado que depois de limpo pesava 35, 40 quilos, que ele dividia com outras pessoas”, conta dona Raimunda.

As trocas, assim como as primeiras aquisições de talos de maniva para o plantio, aconteceram entre os cravenses e as comunidades de Igarapé-Açú e Km 15. Outros bens eram obtidos na sede de Acará ou na Vila de Guarumã, que já continha comércios variados. Novamente, lembramos com Hébette que “as comunidades não vivem em autarquia; elas respondem elas mesmas em grande medida por suas necessidades imediatas, mas esperam uma complementaridade de um centro mais complexo” (2002:198).

Mesmo com a sessão das terras pelo poder público, autorizando a abertura do caminho e a ocupação, algumas famílias preferiram retornar para o Cravo de Bujaru ou procurar outras terras já “amansadas”, dadas as dificuldades encontradas pelos povoadores de São Francisco do Cravo. Estas voltas foram acompanhadas muitas vezes por lágrimas, lembra seu Didão (entrevista em setembro de 2018).

Se Santina, que nasceu já em São Francisco do Cravo, lembra que “eles (seus pais) não foram ambiciosos: cada um tirou só um lote, eu dizia isso para o papai”, não se pode dizer o mesmo dos demais ocupantes daquela porção do município de Acará. Enquanto algumas famílias retornavam ou iam em busca de novas frentes de ocupação para na terra garantir sua reprodução social e de classe, outras ao saber das terras vieram migrando de Bujaru para o Ramal, ou mesmo de outras localidades. Isto fez com que os 5 quilômetros cedidos pelo prefeito logo fossem ultrapassados, a ocupação seguindo no sentido leste, em direção ao Rio Acará.

Em algum momento, antes ou depois da ocupação do Ramal, um fazendeiro passou a adquirir terras desde as margens do Rio Acará em direção à terra firme. O “português” conseguiu títulos de terra e veio avançando suas propriedades no sentido oeste, em direção a PA-252. Estas terras, entretanto, tinham sido ocupadas por posseiros que vindos depois, não possuíam títulos legalizados como ocorrera com as famílias de São Francisco do Cravo, que os haviam conseguido com o prefeito que assumira depois do que lhes cedera as terras.

Um dos moradores do Ramal contou em entrevista que certa vez este fazendeiro teria ido até a casa de um dos últimos moradores do Ramal, no sentido leste, perguntando com muitos “com licença” e “que mal lhe pergunte” se ele sabia da legalidade dos lotes na comunidade de São Francisco do Cravo, da “papelada”, ao que o camponês levantou-se e buscou o título da propriedade registrado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Desta feita, aparece na lembrança dos moradores aquilo que consideramos a dimensão de poder-classe na produção do território, “efeito material da luta de classes” (OLIVEIRA, 2003, p.40). Como observam Calabi e Indovina (1973,p.57), o uso capitalista do território se relaciona com a concentração de capital, em sua tendência de abarcar todo o território, avançando sobre formas outras de territorialização não orientadas estritamente pelo Capital, como em reprodução ampliada.

Quando já no final da primeira década dos anos 2000, o referido fazendeiro ainda procurava lotes para comprar ou apresentava títulos de propriedade a posseiros que ali viviam, os camponeses não sabiam que suas vidas estavam para mudar. As terras do “português” passaram a outras mãos, invisíveis, de uma Sociedade Anônima, a Biopalma SA, empresa produtora de óleo de palma que se implantou no Vale do Acará, motivada pelo Programa Palma de Óleo Sustentável (PSOP) do Governo Federal durante o segundo governo Lula em

sua política energética e climática. Nominalmente³, a instalação da empresa por volta de 2012 (ainda que vários processos ligados a esta instalação a antecedam) se deu em nome da produção de biodiesel para sua sócia majoritária, a Vale, e sua frota de trens que transporta minério de Carajás (PA) até o porto de Itaqui (MA).

O SÍTIO DO RAMAL BOM JESUS

Um caso particular na formação de São Francisco do Cravo e no processo de territorialização da empresa Biopalma é o sítio Bom Jesus e o ramal de mesmo nome. Ele expressa a produção desigual e combinada do território, sendo o vetor que nos levou a identificar distintas “comunidades” e territórios no interior de São Francisco do Cravo, que pretendemos desenvolver à frente de forma mais completa.

O sítio Bom Jesus pertence à família Chaves Silva. Nos primeiros trabalhos de campo, identificamos este território como sendo uma comunidade distinta que se transformou/reduziu a um único lote no interior do dendezal. De fato, haviam outras famílias nesta aglomeração do Ramal do Cravo. Aquelas, entretanto, acabaram por vender suas terras a fazendeiros, permanecendo somente uma família na área, mas o ramal Bom Jesus é parte de São Francisco do Cravo.

Olhado desde cima, por imagens de satélite, o lote da família Chaves Silva desperta surpresa e, para os teóricos do fim do campesinato como Nahum e Silva (2016), provavelmente seria em curto espaço de tempo mais uma parcela do campo sem camponeses, pois para estes autores “nos territórios do dendê desencadeiam-se processos de descampesinização”.

³Contudo, nossa pesquisa indica que a empresa tem focado sua produção para o setor de óleo vegetal, utilizado por empresas de alimentos e cosméticos do Pará e de estados do Sudeste, além de exportar por Barcarena (PA) para países como os EUA e a França.

Foto aérea 1 - Sítio Bom Jesus: imagem de satélite



Fonte: Google Earth, acesso em 2018

De fato, a agricultura tecnificada, transnacionalizada, aparece cercado uma pequena ilha de biodiversidade, com uns 3 mil metros quadrados de tonalidades e densidades verdes diversificadas, ligados ao Ramal principal por uma espécie de cordão umbilical, estreito, de cerca de um quilômetro de comprimento.

Esta biodiversidade do lote-ilha parece desde já indicar a sua insustentabilidade econômica diante da infinidade pontuada das palmas de óleo, indicando em leitura linear uma forte tendência à “descampezação”. A insustentabilidade cercada pela “sustentabilidade verde” e monótona das palmeiras para produção de agrocombustíveis e óleo vegetal é um paradoxo. Um paradoxo da imagem, da política, do território em seu devir contraditório. Um paradoxo de ser a Biopalma, entre outras coisas, uma empresa de reflorestamento que recebe financiamento do Governo Federal via BNDES, para reflorestar o vale.

Durante nossos trabalhos de campo nesta parte do Ramal, todas as visitas foram marcadas pelo atrapalhar o trabalho de seu Adelferno e sua esposa, o falar reticente e curto de seus filhos já adultos, sem crianças. Não são os camponeses “românticos”, como muitas vezes as descrições sugerem, como alguém que resiste bravamente. Talvez a família Chaves Silva seja isto, mas não só.

Vindo de Acará, da comunidade de Santana, Adelferno – que sempre foi o mais disposto a conversar comigo – é a polivalência em pessoa. Migrante que hoje vive no pacato sítio, seu “trecho” foi mais extenso que os quilômetros percorridos a pé pelos primeiros moradores de São Francisco do Cravo:

Eu fui do Bujaru pra Belém, já rodei pra banda de Roraima, Oiapoque, tudo isso eu virei, trabalhei em máquina pesada lá pra Roraima, namorei com essa mulher, daí vim pro Acará. Trabalhei na Ecopala, lá em Belém, lá perto da universidade, de primeiro se fazia este ferro lá, depois passei pra fábrica de óleo, trabalhava lá na planta de tirar óleo, preenseiro, de lá trabalhei numa saboaria e fui correr trecho, fui pra Macapá, de lá fui pra Roraima, de lá fui pro Oiapoque, próximo da fronteira. De lá saí, cheguei aí em Belém, de lá vim pra cá desde essa época. Eu era novo ainda nesse tempo, e agora me aposentei, não adianta estar saindo. E eu não quis sair, o pessoal vendeu tudo por aqui.

Aqui no Acará, pra lá da casa deles (família de Leonel, onde fiquei), morei seis anos, e aí eu vim pra cá, tem trinta e poucos anos, e lá do Acará tem uns 40 anos (entrevista em 10/09/2018).

Este longo trecho percorrido por Adelermo se complementou já no interior do próprio Ramal. Como explica, mesmo no interior do Ramal do Cravo ele migrou:

Eu comprei esse, depois tornei a comprar outro ali, já vendi prum homem que tem um pastor, ele não tá aí mas tem a caseira dele. Ai já tô só com um pedaço ali, já vem vendendo agora tô loteando pra todos os filhos, tudo de 50 (metros), dá 600 (metros), ainda fica 300 (metros) que se eu achar pra quem vender, eu vou vender (idem).

Aqui se nota que o cercamento de fora, ao contrário das expectativas, está sendo acompanhado agora por um loteamento dentro do lote. E mais: este processo ocorre no sentido de favorecer a família, a prole. Serão seis novos lotes, dos quais pelo menos dois serão utilizados para o plantio de pimenta e mandioca, como ele explicava enquanto percorríamos o lote numa tarde. Nestes lotes, filhos poderão trabalhar nos finais de semana, no caso dos não residentes na comunidade, contratando mão-de-obra do próprio ramal (e da própria família), ou ainda trabalhar com mais frequência, no caso dos filhos que vivem com Adelermo e sua esposa no sítio Bom Jesus.

A fala calma de Adelermo e o quase absoluto silêncio dos demais moradores do sítio, a aposentadoria como possível garante de uma quieta velhice de ocaso da vida, também vão sendo colocados em xeque conforme vamos entrando no lote. A casa localizada em uma elevação de cerca de 10 metros tem abaixo um vale entrecortado por um pequeno curso d'água que se alarga um pouco mais no sentido leste. Na descida pela lateral da casa, durante um de nossos trabalhos de campo, os dois filhos, Roberto e Ronaldo estavam apanhando açaí (com essa ênfase do manual, da mão, de subir no açazeiro e apanhar o cacho de frutos), e logo estavam subindo em direção à residência com bacias na cabeça para bater os pequenos bagos pretos e retirar-lhes a cobertura, fazer o vinho. Enquanto isso, a esposa preparava o almoço, movimento constante no lote.

pimenta, por exemplo, que em 2018 teve uma notável queda de preço... Isto não foi sequer cogitado em nossos estudos iniciais no local. Como se vê, o desigual, combinado e contraditório do território continua nos surpreendendo.

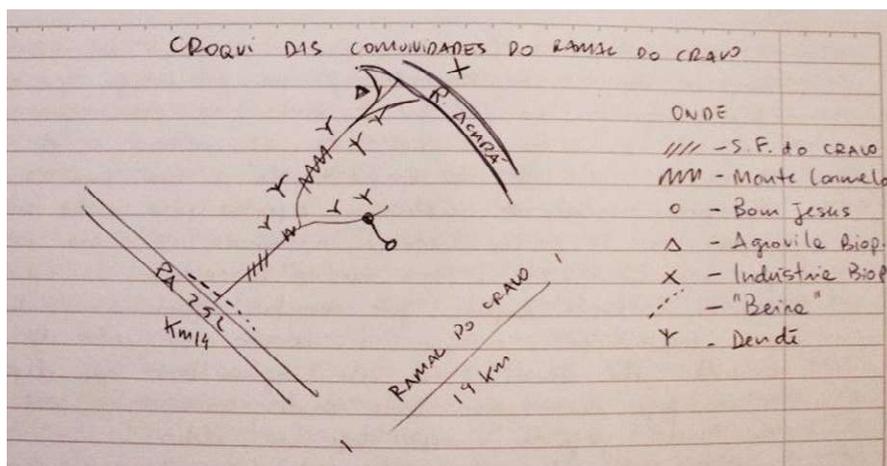
Ou talvez não seja tão surpresa assim: lotear a terra entre os filhos não é uma prática nova para a reprodução social camponesa. Neste caso, como se vê a família não quer apenas permanecer, mas expandir sua produção, manter os laços sociais e de classe, o trabalho familiar e a terra. As resistências e estratégias na ilha nos lembram uma outra ilha, cercada e teimosa, na porção central do continente. Mas é somente uma lembrança nesta mania de relação entre escalas que nos é acionada ao estudar realidades tão complexas. E o futuro, quem em 2015 se tentava prospectar naquele presente hoje passado, surpreende neste presente de 2018 com os cercamentos por dentro, como contra-cercamentos, mais uma “traição” dos trabalhadores do campo à ordem capitalista (OLIVEIRA, 2016, p.33).

Na “encruzilhada civilizatória” (PORTO-GONÇALVES, 2017) que está em curso na Amazônia contemporânea, observamos que uma das vizinhas mais próximas da família Chaves Silva resolveu plantar maniva exatamente na encruzilhada do trecho do Ramal Bom Jesus com o que segue até a margem do Rio Acará. No pequeno espaço de Jovanina, com sua maniva, e Adelermo e família, com seu lote, o trabalho camponês demarca seu território, sua geografia.

AS COMUNIDADES DENTRO DA COMUNIDADE

Excetuando-se sítio Bom Jesus, que como observamos está em processo de incremento populacional, se assim podemos nos referir, a comunidade de São Francisco do Cravo é dividida em três parcelas: a “beira”, nas margens da rodovia, a comunidade de São Francisco do Cravo propriamente dita, onde há maior densidade de ocupação, e o trecho chamado Monte Carmelo. A planta industrial da Biopalma fica na margem direita do Rio Acará. Da PA-252 até esta são 14 quilômetros, dos quais a quase totalidade da via de acesso pelo Ramal é feita por terra, sendo o a extensão da largura do Rio não mais que 80 metros.

Croqui 2 - Comunidades de São Francisco do Cravo



Fonte: Trabalho de campo, setembro de 2018

Os plantios visíveis da margem do Ramal começam a serem vistos no trecho da Monte Carmelo, comunidade composta por cinco famílias onde fica uma Assembléia de Deus com este nome (trecho 2). Além desta, há uma outra Assembleia (trecho 1), pouco utilizada e cercada pelos lados e por trás pelo monocultivo de dendê. Enquanto a primeira está no lote de uma família, a igreja no trecho 1 não tem vizinhança próxima. Pelas informações obtidas em campo, o trecho pertencia a um fazendeiro que doou uma parcela de suas terras para a construção da assembleia. Entrementes, quando o mercado de terras ficou movimentado antecedendo a instalação da Biopalma, ele vendeu a área, restando a construção na parte da frente rodeada pelos plantios.

Na área 2 do Monte Carmelo, contudo, os impactos do agronegócio do dendê se fazem sentir de forma mais evidente, principalmente no período chuvoso (inverno amazônico), com a consequente proliferação de insetos peçonhentos que alcança níveis alarmantes: “meus filho tinham que passar o dia de camisa manga comprida e calça, eu ficava mesmo com pena deles, eu quase me mudo daqui, acabava meu dinheiro em baygon e não dava jeito”, relatou um dos moradores deste trecho do Ramal (entrevista em 09/18).

Não possuindo terras próprias além da parcela onde mora com o pai, esposa e filhos, este morador vive de “bicos” e planta em terras que lhes foram cedidas por outro morador da área. Em um primeiro momento, este camponês polivalente disse trabalhar em terras arrendadas, mas no final da entrevista disse que não paga em produção nem em dinheiro para o proprietário, sendo as terras cedidas para que possa manter a si e sua família, contando com a ajuda da esposa no trabalho da terra.

Ele conta que trabalhou para a empresa por quase três anos, mas foi demitido. Ao ser informado por um colega que seria demitido, respondeu “eu sei que a gente não plantou raiz nessa empresa”, e voltou a viver da agricultura e de trabalho acessório ocasional, os “bicos”. Antes disso, ele e sua família receberam ofertas para vender sua pequena parcela de terra “por vinte, vinte um mil (reais)”, em reuniões organizadas por fazendeiros. Ele e uma outra moradora do Monte Carmelo disseram em entrevistas que muitas famílias daquele trecho venderam as terras para fazendeiros e que o terreno ao redor da igreja cercada por dendê era de agricultores que venderam a um fazendeiro, que posteriormente vendeu novamente a terra, desta vez para a empresa, “uma jogada”, como dizem os locais.

O forte odor das tibórnias lançadas no plantio durante o inverno – quando se fazem sentir mais, ainda que sejam lançadas durante o ano todo -, os insetos e a poeira no período seco levaram alguns moradores a se organizarem e proporem aos demais que se fizesse um protesto, fechando o Ramal durante a madrugada e cobrando providências da empresa e do Estado, mas a tentativa fracassou, “a localidade é muito difícil”, disse um dos que tentaram organizar o bloqueio do Ramal.

Conforme se vai avançando neste trecho de solo laterítico, no sentido do Rio Acará, o relevo vai ficando mais acidentado, com pequenos morros, variação altimétrica em torno de 2 ou 3 metros. Num destes morros, à margem do Ramal e antes que o dendê monopolize a paisagem, há uma roça feita e outra já sendo preparada, num declive. Após este respiro o dendê passa a ser o acostamento dos dois lados do Ramal até um trecho de mata ciliar no igarapé que os moradores chamam Represa. Em suas margens há pés de buriti, mas a água é recoberta quase totalmente por capim e aguapé, planta aquática semelhante a uma vitória-régia, mas de raio menor.

No Igarapé Represa se tomava banho e se pescava há alguns anos. Com o alargamento do Ramal, a qualidade do Igarapé começou a decair, mas ainda assim se banhavam e pescavam no rio. Com o plantio de dendê ao redor, as coisas mudaram:

A gente veio pescar, aí meu primo foi lavar o rosto nessa água, eu disse pra ele não lavar, mas ele lavou e deu coceira no rosto dele, deu umas manchas, ele passou mal, eu disse que essa água não prestava mais pra banho, eles jogam muita química, cai tudo aí, não podemos fazer nada, isso é deles né? (entrevista com morador, realizada no dia 18/09/18)

Com o tempo, principalmente após a instalação da empresa e incidentes semelhantes, a frequência da pesca no igarapé caiu, mas até hoje há quem pesque ocasionalmente na Represa. Pontes Jr. cita o estudo executado pelo Instituto Evandro Chagas, realizado em 2014,

quando se detectou contaminação por agrotóxicos em águas superficiais e sedimentos em 14 dos 18 pontos coletados no Baixo Tocantins, que é uma das regionalizações da área. Ainda segundo o autor, citando dados da ONG Repórter Brasil, em 166 mil ha de dendê se utilizaria, por ano, 332 mil litros de agrotóxicos (PONTES JR, 2017, pp. 78-80).

Há caminhos dos dois lados do Ramal conforme se avança entre os dendezaís, para entrada de tratores e caminhões, assim como alguns containers no chão, nestes caminhos. Há também algumas castanheiras que estão ao redor da Agrovila da Biopalma, a poucos quilômetros da indústria. Esta foi construída em uma área que anteriormente era fazenda, possivelmente propriedade do “português”. Ela faz parte da territorialização da Biopalma, sendo um nó onde se recebe e envia mão de obra, alimentação e informação. Ainda que seja chamada Agrovila, não se parece em nada com os projetos de colonização que receberam este nome no séc. XX e, entretanto, são possíveis conexões entre esta e a colonização, o “ocupar” o que já está povoado por gentes, matas, animais, espíritos (as matintas que por ali rondavam sumiram depois, contou um dos moradores de São Francisco do Cravo).

Contornando a Agrovila, acompanhado sempre pelo dendê que margeia o caminho, temos acesso ao Rio Acará, onde ficam balsas e a indústria, sempre processando óleo de palma e produzindo fumaça. Em uma balsa atracada na margem esquerda do Rio, se contam rapidamente 14 contêineres, além de um automóvel. Há outras balsas, que atravessam conforme chegam e vão as carretas. Seu tempo é este tempo, sem espera, e os moradores da região são autorizados a atravessar nestas balsas, sempre que uma ou duas carretas o fazem, sem pagar nada.

Entre o Km 12 da PA 252 e a vila de Quatro Bocas, em Tomé-Açú, após a instalação da empresa passou-se a designar como “Transbiovale”, ou “Ramal da Biovale”, mas dona Natal, moradora desde a migração do outro Cravo de Bujaru para São Francisco do Cravo, enquanto debulhava feijão e dava entrevista, diz que “é Ramal do Cravo, porque a gente veio primeiro, a gente que mora aqui”. A observação da entrevistada nos arremete a uma disputa, inclusive, toponímica, realçando diferenças: o mesmo Ramal, diferentes nomes e usos que se realizam nas práticas dos moradores e da empresa.

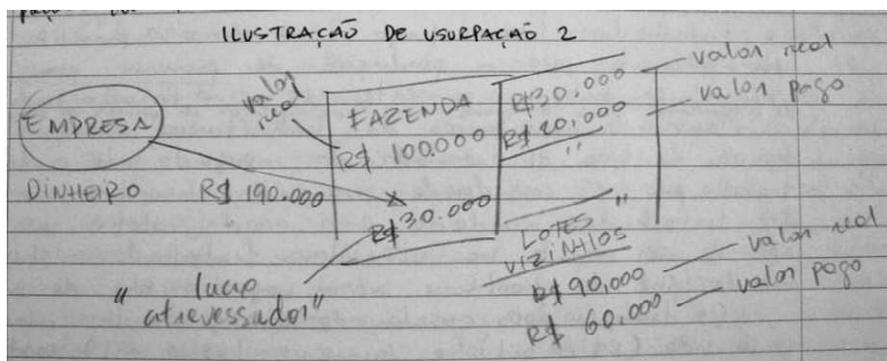
INCONCLUSÕES: ESTRATÉGIAS DE USURPAÇÃO E DE REPRODUÇÃO CAMPONESA

A territorialização do agronegócio do dendê é um processo complexo que demanda de quem o pretende abordar uma série de observações, reflexões e também acesso a informações que nem sempre são fáceis. De qualquer forma, acredito que vale a pena apresentar duas situações relatadas por pessoas ligadas ao serviço público municipal e o sindicato, tendo como único garante o seu detalhamento por parte dos entrevistados. Estas duas informações tem em comum aquilo que me refiro aqui como “estratégias de usurpação”. Apresento-as a seguir e encerro esta parte do trabalho procurando outras referências que nos possam ser úteis para refletir sobre estas estratégias.

Digamos aqui que eu sou o fazendeiro, digamos que eu tinha 1000 hectare pra vender pra Biopalma, então o que acontecia, a Biopalma dizia ‘olha, eu preciso de uma extensão maior, não dá pra ter essa área e ficar isolada’, aí esse fazendeiro, que ele fazia? Ele fazia a conversa com os agricultores aqui e que acontecia? Pra aumentar isso aqui, digamos que a Biopalma dava 30 mil [reais], tirava o dele e ganhava dez mil [reais], ele fazia a política de convencimento e a Biopalma pagava por tudo. O fazendeiro foi o atravessador e ganhou! Talvez se o sindicato não age, talvez você não encontrasse essas famílias [do Ramal] (entrevista em 11/09/18).

Esta estratégia de aquisição de terras, com os fazendeiros agindo como atravessadores, ilustra bem a sofisticação da agroindústria e das formas de apropriação de territórios, usurpando as terras. Este processo levou o Sindicato de Trabalhadores Rurais do município a enviar uma monção para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em entrevista com pessoas ligadas ao Sindicato na época, uma das falas que merece registro foi “esta comunidade que você está fazendo trabalho, por exemplo, ela poderia nem existir mais se a gente não tivesse feito esse contato”. Evidente que pode transparecer alarmismo ou pretensão na observação, mas o que nos chama a atenção neste caso é a ligação do sindicato com as comunidades e com o governo federal, demonstrando uma espécie de rede que teve importância no enfrentamento a esta estratégia de usurpação.

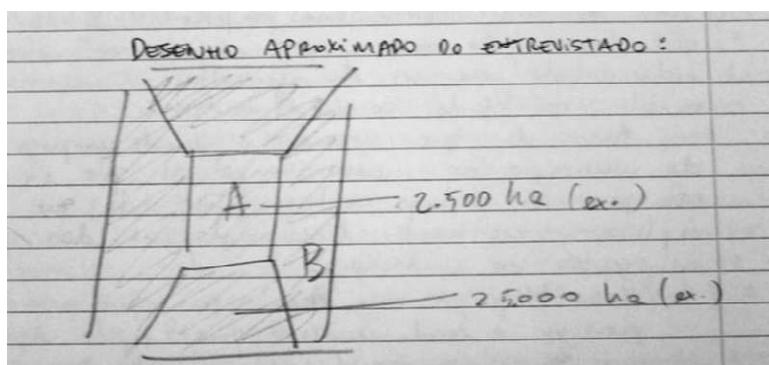
Desenho 1 - Estratégia de usurpação 1



Outro relato que nos fizeram tratou do êxodo rural, da relação campo-cidade, identificando na terra seu vetor central.

Isso daqui é uma das coisas que aconteceu que provocou o êxodo rural. O que fez a Agropalma e muitas outras, me dá uma caneta (pede a mim), que foi que elas fizeram? Eles chegam no município e compram logo o cartório, comprou o cartório. O teu terreno é esse aqui (indica enquanto faz um desenho), se tu for vender a preço de mercado, ele vale dez mil (reais). A empresa vem e te oferece cem (mil). Ora, se tu tem uma mercadoria que vale de e te oferece cem, tu vai pensar duas vezes se tu vende ou não vende? Tu vai vender! Tu pegando cem mil (reais), tu compra um terreno do mesmo tamanho do teu, lá na outra região, por dez mil e te sobra noventa mil (reais) para tu fazer o que tu bem entender. Só que aí, o que é que os cartórios fazem? O teu terreno que é de 25 (há), esse cartório transforma em 1.250 (há) e faz um documento só aqui (indica o desenho) e através desse terreno, eles vão expulsando o povo que tá por aqui (indica desenho), e com o teu que valia dez (mil), o do teu vizinho aqui do lado também valia dez (mil), eles vão dar quinhentos reais e ele vai ter que pegar esses quinhentos (reais). Quer dizer, isso daqui provocou o êxodo rural. Tá aí a nossa (incompreensível), ela foi criada nos anos (19)60, e aí era REASA, e hoje ela é Marborges, que chegou aí na época dos incentivos fiscais, que era na época da SUDAM, e a SUDAM financiava, bastava tu ter um bom projeto e um amigo dentro da SUDAM na época que o Jader Barbalho quebrou o Banco do Estado, a SUDAM, eles fizeram isso daqui (indica desenho), e aí aquele povo que produzia arroz, milho, feijão, açaí, mandioca e mandavam para cá, agora tá todo mundo qui na cidade, quer dizer, as cidades não cresceram, elas incharam né (entrevista 6/9/18).

Desenho 2 - Estratégia de usurpação 2



Dado o nível de detalhamento na fala do entrevistado, consideramos útil reproduzir esta extensa parte de sua fala. Ao ouvir sobre o processo de aquisição de terras por parte de empresas do agronegócio, lembramos do relatório do procurador Nelson Medrado, apontado “conluio” entre a Secretaria de Meio Ambiente do estado (SEMAS/PA), o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), procuradores do estado, e a empresa Agropalma, para a apropriação de mais de 106 mil hectares nos municípios de Acará, Moju e Tailândia. O relatório, que incluía pedidos de providências por parte do Ministério Público, ficou inédito à imprensa paraense a ao público por quase um ano (julho de 2017 a março de 2018), e continha representação

contra procuradores do estado do Pará, incluindo o ex-Procurador-Geral do Estado, Antônio Saboia Melo. Entre as irregularidades que constam no relatório se inclui um cartório fantasma e títulos definitivos nulos desde 2003 por decisão judicial, apresentados pela empresa como prova de sua propriedade sobre a terra⁴.

As estratégias citadas acima encontram paralelo também no artigo “Monocultivos de dendzeiros, Capital transnacional e concentração de terras na Amazônia Paraense”:

Os plantios da Biopalma, empresa com capital social controlado pela multinacional Vale, estão dispostos em quatro pólos nos municípios de Acará, Concórdia do Pará, Moju e Tomé-Açu. A empresa pretende abranger uma área de 80 mil hectares, sendo 60 mil hectares oriundos de áreas adquiridas pela empresa e 20 mil hectares mediante contrato com a agricultura familiar, projetando-se o envolvimento de 2 mil famílias. Quando incluímos o cálculo da Reserva legal (RL), compreendendo que os plantios se constituem como área de uso alternativo do solo, verificamos que esta companhia terá o controle sobre 160 mil hectares no território (BASA, 2012, p. 4; NAHUM E SANTOS, 2013, p. 78). Por meio de pesquisa efetuada junto ao SIMLAM Público no dia 07/05/2015, identificou-se 105 (cento e cinco) imóveis pertencentes a Biopalma, com área equivalente a 112.451,96 hectares, distribuídas pelos municípios da Amazônia Paraense situadas na faixa preferencial para a expansão dos plantios de dendê. Entretanto, 54 dias após a primeira consulta ao sistema detectou-se um aumento abrupto do número de imóveis rurais registrados em nome daquela companhia, passando de 105 para 238, o que representa um crescimento de 126,67%. Em consequência desse fato, o montante de área apropriada pela Biopalma cresceu 114,14% neste curtíssimo espaço de tempo, totalizando 240.690,22 hectares (SILVA, MAGALHÃES e FARIAS, 2016, p.176).

Os dados levantados pelos autores⁵ apontam que nenhuma das atuais companhias produtoras de dendê na microrregião de Tomé-Açu, seja as de capital nacional ou aquelas de capital transnacional possuem autorização do Congresso Nacional para possuírem terras acima do limite previsto na Constituição Federal. Consultando o SIGEF em junho de 2015, os autores revelam que do total de imóveis rurais adquiridos pelas grandes companhias produtoras de óleo de palma, apenas um encontra-se certificado pelo INCRA, arrematando que

A aquisição de terras pelas empresas, equivalente a 16% do território que compreende a microrregião de Tomé-Açu, ocorreu na contramão do previsto no ordenamento jurídico que rege as transações imobiliárias acima de 500 hectares, evidenciando com isso a ilegitimidade com que essas terras foram incorporadas ao

⁴Informações disponíveis no sítio Ver-O-Fato: “É um escândalo: procurador de justiça aponta conluio de Iterpa, SEMAS e PGE a favor de fraudes da Agropalma” (publicado em 5/5/18).

⁵Os dados levantados pelos autores foram obtidos através do Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental - Módulo Público (SIMLAM Público), gerenciado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará; da Planilha de Preços Referenciais de Terras (PPRT), atualizada periodicamente pela Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do INCRA; do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), gerenciado pelo INCRA.

patrimônio das companhias nacionais e transnacionais do agronegócio do dendê (Idem, p.191-192).

É sob este contexto de apropriação da terra ao largo da legislação que se consolida a territorialização do agronegócio do dendê, eivado de processos que denomino aqui de usurpação. Isto ocorre, entretanto, em um processo dialético onde o campesinato não apenas resiste contra, mas se relaciona com a empresa via trabalho acessório, sentindo na pele o desenvolvimento combinado do Capital que os coloca em situações similares a tantos outros camponeses espalhados pelo nordeste paraense, ao mesmo tempo que diante e com as contradições e desigualdades próprias deste processo de territorialização (OLIVEIRA, 2003). Em São Francisco do Cravo, a apropriação é da terra para a produção, mas há ainda os casos de “parceria” que integram diretamente os camponeses no agronegócio do dendê, expressando ora a territorialização do capital, ora a monopolização do território, ou os dois processos concorrendo (OLIVEIRA, 2016, p. 33)⁶.

No mesmo sentido, é de se notar a partir dos trabalhos de campo que o campesinato, além dos “cercamentos”, tem produzido inclusive contra-cercamentos que garantam sua permanência, reprodução e incremento do trabalho na terra, como é o caso do sítio Bom Jesus. Os pés de mandioca plantados em terrenos acidentados e na encruzilhada – uma encruzilhada muito além de visões estanques sobre “se” camponês ou proletário descampezinado -, o aprendizado de filhos e netos no trabalho da terra (lembro aqui as discussões que testemunhei entre adolescentes e avós sobre o açaí estar “tuíra” ou não⁷), o revestimento de parte da renda obtida por parentes que vão morar na cidade para garantir a manutenção da propriedade da terra... Tudo isto nos arremete ao universo diverso e complexo que se nos apresenta em São Francisco do Cravo, pequeno pedaço onde se materializam processos advindos de escalas diversas (AQUINO JÚNIOR, 2017).

Se a territorialização do Capital, expressa no agronegócio do dendê, de certa forma condensa o campesinato, procurando indiferenciá-lo para melhor submetê-lo sem, contudo, abrir mão de diferentes estratégias de usurpação, a diversidade camponesa cristalizada no tempo e na geografia de seus territórios e modos de viver se torna muitas vezes seu ponto forte (AQUINO JUNIOR, 2018). Cada situação concreta, cada comunidade, sujeitos, famílias,

⁶ Um caso que merece menção é o dos agricultores consorciados com a empresa, que mantém a propriedade da terra, controlando dentro dos parâmetros técnicos a produção, e entretanto, com uma territorialização/monopolização do território por parte do capital também consorciada. Em São Francisco do Cravo, entretanto, os camponeses recusaram as ofertas de consórcio.

⁷ Açaí “tuíra” é uma expressão que significa se o açaí está bem maduro ou não para colheita.

enfim, territórios, é que nos permitem minimamente acompanhar como vem se dando estes processos. A ação estatal, por exemplo, neste caso está tanto na autorização de alocação das famílias no que viria a ser o Ramal do Cravo, na legalização de seus lotes, quanto no desenvolvimento do PSOP, que permitiu e, podemos dizer, incentivou a instalação da Biopalma naquela área, mostrando também seu caráter contraditório.

Se é no cotidiano que a história se desvenda e se oculta (MARTINS, 2017:12), a teimosia campesina parece querer continuar a nos surpreender, mais uma vez, nos meandros da feitura do território que se faz entre Cravos e que se disputa no presente como uma garantia de futuro com relativa autonomia, mantendo a propriedade da terra e do trabalho, luta pela terra e liberdade no campo (OLIVEIRA, 2016, p. 16). É para aprofundar esta reflexão que seguimos na pesquisa “Agronegócio do dendê em Acará (PA): disputas em torno da terra e futuro”, da qual este trabalho faz parte.

REFERÊNCIAS

AQUINO JUNIOR, P. O. C. de. Aproximações a uma economia política da terra. In: **Dossier:** Coyuntura política y crisis ambiental en América Latina: lo local, lo regional, lo global. Boletín Geocrítica Latinoamericana, n.º 01, octubre, 2018. pp. 30-35.

AQUINO JUNIOR, P. O. C. de. **Agronegócio do dendê:** ponderações sobre a totalidade e o papel do Estado. In: CASTRO, E. M. R. de. ALVES, S. R. (Org.). Anais do II Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos. Belém: NAEA, 2017. pp. 64-76.

CALABI, D. INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. In: **Archiviodistudiurbani e regional.** Veneza, ano IV, n. 2, junho de 1973 (mimeografado).

CHAMBOULEYRON, R. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706).** Belém: Ed. Açai, 2010.

HÉBETTE, J. Contemporaneidade do Campesinato na Amazônia Oriental. In: HÉBETTE, J. MAGALHÃES, S. B. MANESCHY, M. C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira:** faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

HÉBETTE, J. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. In: HÉBETTE, J. MAGALHÃES, S. B. MANESCHY, M. C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira:** faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

MARTINS, J. de. S. **A sociabilidade do homem simples.** São Paulo: Editora Contexto, 2017.

MENDES, C. **É um escândalo:** procurador de justiça aponta conluio de Iterpa, SEMAS e PGE a favor de fraudes da Agropalma. Disponível em www.ver-o-fato.com.br (publicado em 5/5/18).

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. A dendeicultura na Amazônia paraense. **Geosp –Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 2, p. 281-294, mês. 2016. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/6465>>.

OLIVEIRA, A. U. de. **Geografia Agrária:** perspectivas no início do século XXI. Texto apresentado na mesa-redonda “Perspectivas da Geografia Agrária” do II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária, novembro de 2003 (mimeo).

OLIVEIRA, A. U. de. **A fronteira amazônica mato-grossense:** grilagem, corrupção e violência. São Paulo: Iände Editorial, 2016.

PASSOS, B. **Maré Grande no Vale do Acará.** Acará: Edição do autor, 2002.

PONTES JR, F. **Povos da floresta:** cultura, resistência e esperança. São Paulo: Paulinas, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia:** encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: (Org.) WELCH, C. A. et. al. **Camponeses brasileiros**, vol. 1 – Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.